

A VALORIZAÇÃO ESTRATÉGICA DO TERRITÓRIO NA ACEPÇÃO RATZELIANA

VALUATION STRATEGIC OF THE TERRITORY IN THE RATZEL SENSE

JOÃO PHELIPE SANTIAGO

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
pphhee@hotmail.com

RESUMO. Demonstramos nesta pesquisa e trabalho, como a questão nacional está vinculada à unidade nacional e aos interesses de formação e consolidação do Estado, aos objetivos relacionados à guerra, como necessária à delimitação das fronteiras, e à defesa dos ganhos territoriais e materiais, relativos ao poder do Estado, ao governo e à afirmação do país. Desenvolvemos através dos argumentos de Ratzel, sobre a existência de uma diferenciação política e econômica, que nos leva a pensar na “razão” relativa das partes do território, pois, como ele disse “todas as parte do território não têm o mesmo valor”, aspecto que está vinculado ao “grau de cultura e de desenvolvimento político” de cada povo. Trabalhou na construção de exemplificações que corroborassem com a elaboração de leis da história, a partir da natureza, procurando demonstrar que há mutualidade na relação fundamental entre a natureza (meio físico) e o homem (história), nas suas determinações. Lembrar sobre a importância com o sentido do termo “solo”, que, em certos contextos, se aproxima da ideia mais ampla de superfície da terra com seus diversos recursos naturais. Ratzel também deixa claro que são vários os fatores geográficos a ser considerados, chegando a chamá-los “propriedades” / atributos, além da questão da propriedade privada. Portanto, não há razão para reduzir seu pensamento a um determinismo estreito. A nossa análise demonstra claramente aquilo que consideramos como uma falsa discussão – a polêmica determinismo *versus* possibilismo. Embora não seja o nosso objetivo agora, inevitavelmente essa questão perpassa por este estudo naturalmente. Entre outras conclusões, afirmamos que as conceituações conectados com o paradigma ratzeliano – solo, povo, território e Estado –, as quais, no nosso entendimento, coexistem em *reciprocidade*, para utilizar um conceito essencial e próprio da estrutura lógica ratzeliana. Espaço, território e solo têm sentidos conexos. E a noção de propriedade/atributos tem um sentido funcional ligado não somente ao valor de uso, mas, sobretudo, ao valor de troca e político estratégico da situação geográfica, em relação com as possibilidades articuladas no território. Este trabalho é uma derivação dos estudos sobre a obra de Ratzel e sua assimilação no pensamento social na república Velha, culminando com defesa de tese na USP (2005). Posteriormente foi editado em 2013, parte dessa tese, no livro “*Espaço Geográfico e Geografia do Estado em Friedrich Ratzel*”, pela FAPESB/UESB.

PALAVRAS-CHAVE. FRIEDRICH RATZEL, BODEN (SOLO), TERRITÓRIO, ESTADO-NAÇÃO, VALOR DO ESPAÇO.

ABSTRACT. We demonstrate in this study and work as the national question is linked to national unity and interests of formation and consolidation of the state, the war-related goals, as required for border demarcation, and the defense of territorial and material gains, relative to power the State, the government and the affirmation of the country. Developed through the arguments of Ratzel on the existence of a political and economic differentiation, which leads us to think of “reason” on the affected areas, because, as he said “all part of the territory does not have the same value” aspect that is linked to the “degree of cultural and political development” of each people. Worked on building instantiations to corroborate with the elaboration of laws of history, from nature, seeking to demonstrate that there is mutuality in the fundamental relationship between nature (physical environment) and man (story), in their determinations. Remember the importance to the meaning of the term “soil”, which, in certain contexts, approaches the broader idea of the earth’s surface with its diverse natural resources. Ratzel also makes clear that there are several geographical factors to be considered, coming to call them “properties” / attributes, beyond the issue of private property. So there is no reason to reduce his thought to a strict determinism. Our analysis clearly demonstrates what we consider as a false argument - the determinism versus possibilism controversy. Although it is not our objective now, this question inevitably permeates this study course. Among other conclusions, we affirm that conceptions connected with ratzeliano paradigm - soil, people, territory and state - which, in our view, coexist in reciprocity, to use an essential and very concept of the logical structure ratzeliana. Space, territory and soil have related meanings. And the notion of property / attribute has a functional sense connected not only to the amount of use, but especially the exchange value political and strategic geographical location in relation to the territory

articulated possibilities. This work is a derivation of the studies on the work of Ratzel and its assimilation in social thought in the Old Republic, culminating with a thesis on the USP (2005). Later was released in 2013, part of this thesis, the book “Geographic Area and Geography of the State in Friedrich Ratzel, “by FAPESB / UESB.

KEYWORDS. FRIEDRICH RATZEL, BODEN (SOLO), TERRITORY, NATION-STATE, THE VALUE SPACE.

TERRITÓRIO, RECURSOS, VALOR

Ao discutir sobre o Estado, Ratzel imaginou que uma federação são Estados/partes/regiões dentro de um Estado, interagindo no vasto campo/espço do sistema-mundo. Assim, a questão nacional está vinculada à unidade nacional e aos interesses de formação e consolidação do Estado, aos objetivos relacionados à guerra, como necessária à delimitação das fronteiras, e à defesa dos ganhos territoriais e materiais, relativos ao poder do Estado, ao governo e à afirmação do país. O autor faz ponderações sobre a existência de uma diferenciação política e econômica, que nos leva a pensar na “razão” relativa das partes do território, pois, como disse, “todas as parte do território não têm o mesmo valor”, aspecto que está vinculado ao “grau de cultura e de desenvolvimento político” de cada povo (RATZEL, 1974, p. 65). Trabalhou na construção de exemplificações que corroborassem com a elaboração de leis da história, a partir da natureza, procurando demonstrar que há mutualidade na relação fundamental entre a natureza (meio físico) e o homem (história), nas suas determinações.

Em seus escritos, sempre encontramos argumentos relacionados ao que deduzimos ser um “princípio de reciprocidade”, assim o chamamos, que se consubstancia desde as primeiras palavras de sua explanação na *Anthropogeographie*, na parte sobre o panorama da evolução conceitual, quando se referiu à “renovação realizada por Karl Ritter”, que se dedicou ao “antigo problema filosófico das relações recíprocas”. Ora, podemos até pensar que tais perspectivas, relativas às explicações de reciprocidade natureza-homem, possam ser classificadas como algo que não se pode definir perfeitamente nem como determinismo, nem como possibilismo. Ou seja, preferimos dizer que se refere à lógica de uma visão causal. Embora, também se possa analisar e identificar, por várias vezes, que Ratzel oscile entre uma coisa e outra, estando mais evidentes os postulados positivistas, pois que ansiava por uma ciência geográfica nomotética. Contudo, temendo as generalizações biológicas e advertindo contra o reducionismo naturalista e organicista, não teve como se livrar dele completamente, sendo por isso inevitável a possibilidade dos clichês imputados.

Ratzel reelaborou muitos conceitos que já estavam, no debate da época, identificados, entre outras noções desse panorama, quando afirmou que, há no trabalho de J. Reinhold Forster, os germes de uma concepção verdadeiramente antropogeográfica [...] os povos são considerados como massas em movimento, de modo que, nas suas atuais condições, sejam físicas ou de civilização, não podemos pretender distinguir com segurança, exatamente porque elas são móveis, as influências do ambiente atual. (RATZEL, 1990, p. 32, 38).

Ratzel pensou a Terra como um grande “teatro” de todos os eventos, raciocínio remontado à grande influência que teve das ideias J. G. Herder e à simpatia por elas. Herder concebeu a superfície terrestre como uma grande “oficina destinada à organização dos seres mais diversos, entre os quais o homem tem o seu lugar predeterminado. Essa organização só pode se realizar sobre o solo terrestre e presume a ocorrência dos fenômenos naturais”, entendida a Terra como

algo mais complexo que meramente o solo, e a história da humanidade, como mais complexa que uma evolução educativa. “A humanidade é uma parte da Terra; toda a história anterior do planeta não é nada mais que a preparação para o advento desta que é a maior das evoluções telúricas, e a partir dela toda a história da terra estará estreitamente ligada à história da humanidade”. Ratzel enfatizou que as ideias de Herder “conseguiram chamar a atenção dos historiadores para a importância que o teatro dos acontecimentos assume perante a história” (RATZEL, 1990, p. 40-1).

Herder será dos mais influentes na formação do pensamento de Ratzel, como ele próprio indicará nas obras que examinaremos [*Anthropogeographie, Völkerkunde, Politische Geographie e Die Erde und das Leben*]. Um dos princípios herderianos de mais larga influência nas formulações de Ratzel, principalmente nas suas propostas de conhecimentos integrados da natureza e da cultura, é aquele apontado por Meinecke como sendo o fundamento básico compartilhado tanto por Herder como por seu discípulo Goethe: “Como questão de princípio ambos sustentam que a humanidade e a natureza se pertenciam uma a outra, simplesmente, como um cosmos, único, harmônico” (CARVALHO, 1998, p. 15).

Ratzel abordou questões que dizem respeito à competição entre os povos, refletindo sobre conceitos de A. Comte, quando este ponderou sobre a posição de um povo, seu território e as relações geográficas de vizinhança, sobretudo a história das migrações em função das lutas entre os povos. Apesar disso, Ratzel o criticou, assim como os seus seguidores, por não terem desenvolvido raciocínio a respeito do espaço (RATZEL, 1990, p. 43). Posteriormente, tais questões tiveram outro tratamento e aprofundamento teórico, quando foram consideradas em relação ao desenvolvimento dos Estados e da concorrência entre eles, seja na obra *As Raças Humanas (Völkerkunde, 1885/1888)* seja quando desenvolveu sua obra capital, *Geografia Política (Politische Geographie, 1897)*.

Atento aos pressupostos comteanos, observou os fundamentos do progresso ilimitado da humanidade como um organismo que nasce, cresce e morre. O nexos do fundamento biogeográfico também está associado à ideia que “considera os povos, e inclusive a humanidade, como organismos”. Todavia, criticou Comte e seus seguidores por não vislumbrarem a necessidade, que se tornava evidente, de “descer ao estudo do solo no qual este organismo se abriga, criando assim o fundamento biogeográfico de sua teoria; o que atesta que estes não conseguiram nem mesmo descobrir as vias que poderiam conduzi-los a campos de indagação férteis”. Dessa forma, podemos afirmar que Ratzel buscou ir além de Comte, Ritter e Herder, criticando os problemas científicos, dentro da perspectiva limitada pelo positivismo da época, os quais, como disse, não tinham sido “enfrentados” (RATZEL, 1990, p.44-45).

A argumentação sobre o progresso da humanidade e o desenvolvimento do país (nação) está relacionada com a questão nacional, no que concerne à luta entre as nações, em conexão com a ideia de “concorrência social” (RATZEL, 1990, p. 46). Nesse contexto, analisou as ideias de Comte no que se refere ao aumento da densidade da população e à necessidade maior de alimentos, à divisão do trabalho e conseqüente necessidade de aumento da cooperação, remetendo-as também à interpretação de Malthus. Entendemos que Ratzel considerou fundamental tal ideia sobre o progresso da humanidade, o que, por sua vez, serviu de base para explanar a sua análise do espaço. Interpretando suas ideias sobre tais questões, deduzimos que, para ele, faltou em Comte incluir um nexos entre o solo e o meio, o que resultaria numa “concepção propriamente geográfica”, pois,

como afirmou, “se Comte [...] tivesse compreendido que essa força como esse meio têm o solo por base e dele não podem ser separados porque o espaço lhes é igualmente indispensável, teria ao mesmo tempo aprofundado e simplificado toda a noção que tinha de meio” (RATZEL, 1983, p. 97-8). Relacionam-se, assim, as ideias de espaço, meio e solo, de amplitude do território e de força de densidade, que engendram a concorrência e o progresso, de onde também emerge a questão nacional como necessidade interna do país para se organizar melhor e se desenvolver na condição de Estado forte. Isso nos leva a refletir sobre um ponto fundamental de sua teorização – no vir a ser uma potência mundial.

O autor analisou a questão dos limites territoriais do Estado, ao falar sobre as relações entre “o Solo e o Estado”. Mencionando a fase onde os Estados chegam a formar impérios, afirmou que o “limite extremo desse desenvolvimento [territorial] não foi ainda atingido” e sugeriu que, se o Estado se limita a depender “firmemente de seu solo”, isolando-se, ele pode ir de encontro à própria sociedade, impedindo o “crescimento natural desta, determinando migrações”. Para ele, há uma tendência dos povos bárbaros a se reduzirem quando são colocados em contato com povos mais desenvolvidos: “a maneira pela qual as sociedades definham e morrem quando são colocadas em contacto com povos de civilização superior foi descrita em numerosas monografias”. [...] “O progresso da humanidade, [...] só é possível graças ao contacto dos povos e à sua concorrência” (RATZEL, 1983, p. 97-8), fazendo eco com a justificativa da necessidade imperialista do colonialismo.

Contudo, mesmo complexificando sua análise, associando muitos elementos e fatores, sempre volta para a tríade: solo, Estado e território nacional, mostrando que o encaminhamento da questão nacional depende da capacidade de superar as diferenças internas, étnicas e de sentimento, para gerar uma melhor defesa e preservação do território, diante das ameaças que surgem “além das fronteiras”, isto é, externas ou internacionais.

Nessa poderosa ação do solo, que se manifesta através de todas as fases da história como em todas as esferas da vida presente, há alguma coisa de misterioso que não deixa de angustiar o espírito; porque a aparente liberdade do homem parece como que anulada. Vemos, com efeito, no solo a fonte de toda servidão. Sempre o mesmo e sempre situado no mesmo ponto do espaço, ele serve como suporte rígido aos humores, às aspirações mutáveis dos homens, e quando lhes acontece esquecer desse substrato, ele lhes faz sentir seu império e lhes lembra, por sérias advertências, que toda a vida do Estado tem suas raízes na terra. Ele regula os destinos dos povos com uma brutalidade cega. Um povo deve viver sobre o solo que recebeu por acaso, deve nele morrer, deve submeter-se à sua lei. É no solo enfim que se alimenta o egoísmo político que faz do solo o objetivo principal da vida pública; ele consiste, com efeito, em conservar sempre e apesar de tudo o território nacional, e em fazer de tudo para permanecer o único a dele desfrutar, mesmo quando os laços de sangue, as afinidades étnicas inclinassem os corações para as gentes e as coisas situadas além das fronteiras (RATZEL, 1983, p. 100).

Passagens, como a contida nesta citação na qual o autor fala da “brutalidade cega” do solo regulando o “destino dos povos”, serviram para que seu pensamento fosse interpretado como um determinismo até estreito. Todavia, é preciso antes de tudo entender os diversos significados que a palavra *Boden* adquire no seu texto. De forma restrita, está diretamente ligada a solo, chão, terra, superfície. Não obstante, o sentido mais amplo em certas contexturas pode ser associado à ideia

de solo, terra, recursos naturais e território. Nesse sentido, buscamos entender o seu paradigma como um pressuposto relativista, pois, embora entre o recurso natural e seu consumo existam a produção, a circulação e o consumo de mercadorias (Marx), sendo elas, no nosso entender, o que mais precisamente regula o destino, o solo tido como recurso natural não deixa de regular as possibilidades de produção de mercadorias em função do nível de desenvolvimento das forças produtivas.

ESPAÇO/TERRITÓRIO/SOLO COMO POSSIBILIDADE, PROPRIEDADE E VALOR

A “organização política do solo” se institui por meio do Estado, como um organismo cujas “propriedades advêm daquelas do povo e do solo”, entre as quais as mais importantes seriam, subsequentemente, “o tamanho, a situação e as fronteiras”, “o tipo e a forma do solo, com sua vegetação, sua irrigação e, enfim, as relações que eles mantenham com o resto da superfície terrestre [...]”. Dessa forma, o país (*das Land*) seria o resultado dessas “propriedades”, às quais Ratzel adiciona a ideia de herança dos sentimentos ligados à terra natal, afirmando que “[...] quando nós falamos de nosso país, acrescenta-se o que o homem criou e as lembranças que nele estão enraizadas”. Precisando ainda mais, afirma que, em se tratando de um “conceito originariamente puramente geográfico”, esse juízo, ou sentido, envolveria “um laço espiritual e sentimental entre os habitantes do país e sua história” (tradução nossa) (RATZEL, 1987, p. 61; 1974, p. 4).

É importante lembrar a preocupação com o sentido do termo “solo”, que, em certos contextos, se aproxima da ideia mais ampla de superfície da terra com seus diversos recursos naturais. Ratzel também deixa claro que são vários os fatores geográficos a ser considerados, chegando a chamá-los “propriedades”. Portanto, não há razão para reduzir seu pensamento a um determinismo estreito. A nossa análise demonstra claramente aquilo que consideramos como uma falsa discussão – a polêmica determinismo *versus* possibilismo. Embora não seja o nosso objetivo agora, inevitavelmente essa questão perpassa por este estudo naturalmente.

Outrossim, podemos afirmar que os conceitos em apresentação estão conectados com o paradigma ratzeliano – solo, povo, território e Estado –, os quais, no nosso entendimento, coexistem em *reciprocidade* (grifo nosso), para utilizar um conceito essencial e próprio da estrutura lógica ratzeliana. Espaço, território e solo têm sentidos conexos. E a noção de propriedade tem um sentido funcional ligado não somente ao valor de uso, mas, sobretudo, ao valor estratégico da situação geográfica, em relação com as possibilidades articuladas no território.

O paradigma ratzeliano considera o “grau de cultura” como um dos fatores formadores do espaço geográfico, daí termos razões para acreditar que, mesmo que esta expressão tenha um grande peso positivista e até mesmo um determinismo estreito, ela só tem sentido reducionista se a entendermos isoladamente. Quando pensamos no Japão, por exemplo, que utiliza o máximo dos solos existentes para plantar, usando até lugares não comuns de áreas urbanas, criando condições, pelo avanço tecnológico, para plantar onde antes não era possível ou necessário naturalmente, ou na Holanda na sua luta contra o avanço do mar, ou nas regiões semidesérticas e semiáridas, que recebem irrigação e em outros tantos exemplos, achamos que é preciso entender essa intrigante passagem ratzeliana nos dois sentidos – o solo (território/recurso natural) como limitante e como possibilidade, quando aliado a um “grau de cultura”, para utilizar uma expressão ratzeliana. Por

isso, deduzimos que seu paradigma deve ser entendido como um relativismo geográfico, pois tudo parece confluir para uma ideia essencial da questão nacional, quando discute o valor da situação geográfica, fundada em um “senso” político e geopolítico. Voltaremos a essa temática.

Ratzel, ao discutir tais questões, transmite uma característica importante de sua visão: a cultura e o espírito humano são fatores associados às ideias de progresso, de território, de Estado e de destino e progresso da humanidade, questões que se articulam, numa perspectiva mais ampla de seu pensamento, à questão nacional. Pois na medida que a “evolução humana sobre esta terra se dilatam mais, o progresso pode ser figurado, com uma aproximação suficiente, por uma espiral ascendente cujo raio vai aumentando cada vez mais. [...] na extensão progressiva do território dos Estados, [há um] caráter essencial e, ao mesmo tempo, um poderoso motor do progresso (RATZEL, 1983, p. 101).

Sobre afinidades e diferenças na natureza dos povos, como caráter e comportamento, utiliza-se da noção “espírito do povo” como uma das qualidades do país, ou seja, uma das características ou propriedades de uma nação, aspecto esse também trabalhado pelo autor. Associado a isso, encontra-se, nessa argumentação sobre o “caráter nacional”, uma exposição sobre as “opiniões relativas à influência da natureza sobre o homem”. Segundo o autor, existiam muitas confusões sobre as causas determinantes dessas influências. A esse respeito, criticou o determinismo estreito, buscando uma maior coerência científica. Lembrou Hume e seus “Ensaio” e os erros cometidos na avaliação daquelas influências. A crítica de Ratzel a Hume decorre de este ter explicado as causas do caráter nacional levando em conta somente o clima, as condições meteorológicas e, às vezes, a alimentação. Essa falha derivava, no seu entender, da utilização de um “método rigorosamente indutivo na abordagem dos problemas histórico-filosóficos”. Dessa forma, cautelosamente, o autor mostrou que a questão fisiológica, decorrente da análise das influências do meio sobre o homem, deveria ser observada no conjunto deste ou daquele povo, para então se poder deduzir uma explicação em “uma série de causas naturais de extensão geral” (RATZEL, 1990, p. 56, 58).

Gomes interpretou a transição do pensamento ratzeliano da *Antropogeografia* à *Geografia Política*, evidenciando como foi conduzida sua pesquisa:

[com] espírito de objetividade, utilizando as categorias gerais da biologia da época e recorrendo à História como terreno de verificação das ciências sociais. A análise de Ratzel descrevia vários gêneros de dinâmicas territoriais, tentando traçar um quadro geral ou um modelo para essas dinâmicas. Ele se interessava, sobretudo pela relação solo/cultura e pensava ser capaz de estabelecer leis regulares explicativas, isto é, seu objetivo final era construir uma teoria espacial positiva. [...] Contrariamente à opinião de certos geógrafos, o determinismo geográfico tem forte conexão com o problema filosófico que opõe necessidade e liberdade. Contudo, se o tema é similar àquele que animou os debates durante o Século da Luzes, a metodologia proposta por Ratzel é sensivelmente diferente. [...] o discurso ratzeliano recoloca a geografia na modernidade científica (GOMES, 1996, p. 185-7).

Na sua teorização, Ratzel (1990, p. 58, 80, 98) situou a questão do “espaço” como um “problema meramente geográfico”, com um significado prático. Caberia à “geografia o exame das formações políticas nas quais os conquistadores se dividem no momento em que se estabelecem em um novo território”. Também se referiu à existência de um “problema antropogeográfico”, ao

analisar a relação entre a história de um determinado país e seu território. Achamos que, nestas passagens, aparecem certos pressupostos que foram mais tarde desenvolvidos na *Geografia Política*, mas que já tinham sido primeiramente concebidos na *Antropogeografia* – a ideia de “valor” do “território”, “valor do próprio povo” e de valor de suas “forças espirituais” e o seu posicionamento crítico contra os que imaginam que sua concepção é reducionista –, todavia sem deixarmos de considerar certas passagens que, certamente, geraram tais clichês interpretativos do seu pensamento. Assim, no momento, indicamos a ideia de “valor” de “um elemento real, que é o território, que está sob os nossos pés”, como ele afirmou: a “valorização do elemento humano” e a questão da política, evidenciando as conexões recíprocas com a questão propriamente política que norteia a sua concepção de espaço geográfico, tentando, dessa forma, superar o viés positivista, pois, num raciocínio mais amplo, buscou superar os determinantes não propriamente naturais, valorizando os condicionamentos históricos e políticos.

Talvez venham a lançar contra a nossa concepção a crítica de que induzindo à consideração do território, sem o qual o povo não poderia existir, diminuiríamos o valor próprio do povo e sobretudo de suas forças espirituais. Mas devemos visar sempre unicamente à investigação da verdade. A exata valorização do elemento humano na história não pode ser obtida senão mediante o estudo das condições em meio às quais o homem realiza sua obra política (RATZEL, 1990, p. 80).

Do exposto, observamos que, no desenvolvimento e concatenação das ideias, o autor sempre lembra o valor das circunstâncias naturais associadas às circunstâncias humanas ou políticas, demonstrando que as primeiras não podem ser separadas das segundas, e vice-versa. O esforço que fazemos para compreendê-lo nos permite afirmar que uma essência do seu pensamento aponta para o valor do povo e da política, em conexão com o valor das vantagens da situação territorial, evidenciando uma perspectiva eminentemente humana da geografia, acoplada aos limites do desenvolvimento da “cultura”, sem o que não se poderiam explicar as relações entre o Estado e o território e as diversas articulações que este organismo mantém e que “determina o ritmo do crescimento e, em particular, a estabilidade do seu resultado”. Por esta razão, julgamos que ele falou da natureza dessas relações concebendo o Estado como um “*sistema*” (RATZEL, 1990, p. 177) – sentido que, ao longo desta parte, desenvolveremos mais um pouco.

Suas reflexões sobre as implicações naturais, em conexão com a concepção de espaço geográfico, mostram que, além do exame das “relações de espaço”, é importante o geógrafo analisar as causas e circunstâncias naturais. Por essa razão, classificou em quatro as formas de influência da natureza sobre o homem: a primeira, a “fisiológica e psicológica”; a segunda, aquela que “direciona, acelera ou obstaculariza a expansão das massas étnicas”, determinando “a direção da expansão, sua amplitude, a posição geográfica, os limites”; a terceira, “uma influência mediata sobre a essência íntima de cada povo”, “favorecendo” o “isolamento e por isso a conservação de determinadas características, ou facilitando a miscigenação com outros povos e, portanto a perda das próprias características”; e a quarta, “a constituição social de cada povo”, no que se refere à oferta de “dotes naturais” e à utilização para subsistência, indústria, comércio e trocas. Ao analisar essas influências sobre os “destinos da humanidade”, intentou uma base de noções, não obstante esteja claro, na sua análise, que o processo de migração, a difusão dos povos e do que se infere por cultura material gerem uma

inevitável miscigenação, o que não se pode interpretar, em absoluto, como ausência de superioridade de um povo sobre o outro, já que nos falou dos “povos de tipo misto”, afirmando que “nenhum dos povos de hoje apresenta um tipo étnico único” (RATZEL, 1990, p.59-60, 65). Nesse sentido, deixa evidente a inevitabilidade das misturas étnicas, embora faça ressalvas e não negue a hierarquia de povos, culturas e civilização como superiores e inferiores¹. As mais avançadas, “superiores”, seriam as que requisitam a expansão territorial moderna como necessidade natural inevitável do desenvolvimento do Estado, para fortalecimento e alargamento do seu domínio político.

Em seu discurso, Ratzel (1990, p. 73-4) fala sobre “o povo e o seu território”, partindo de uma obviedade, ou mesmo do que possa ser um axioma, isto é, de que nada do homem existe sem o território, base real da existência do Estado. Para ele, a teoria do Estado é também uma teoria do território, o qual não existe sem fronteiras. Por sua vez, o desenvolvimento dos Estados na modernidade produz o desenvolvimento da “geografia política”, cujo fundamento seguro é a compreensão das determinações do Estado, do território e das fronteiras, relacionando a sociedade e o solo, entes concebidos como organismos – é o que se pode inferir de seus argumentos. Assim, é pelo solo que se dá a íntima ligação (orgânica) dos humanos à Terra.

É certo, porém, que a consideração sobre o solo se impõe mais na história do Estado que na da sociedade, isto deriva da maior amplitude das porções de território sobre o qual a propriedade daquele se exerce. Não é fácil demonstrar a existência de uma lei que regule o incremento progressivo do território com o crescimento da família ou da sociedade, como é possível no que se refere ao Estado. Mas em compensação a sociedade está enraizada com muito mais profundidade no seu território e o modifica com menos facilidade [...] sem território não se pode compreender o incremento da potência e da solidez do Estado. Em todos esses casos nos encontramos diante de organismos que estabelecem com o solo uma ligação mais ou menos durável, e conseqüência da qual o solo exerce a sua influência sobre os organismos e aqueles sobre este (RATZEL, 1990, p. 73-4).

Contudo, é evidente que Ratzel estava preocupado com o desenvolvimento e suas causas, enfatizando a ação recíproca dos determinantes, e igualmente com a qualidade de vida nas cidades, com a questão da alimentação, com o que está associado ao desenvolvimento de um território e de um povo, conforme a utilização dos recursos disponíveis e, ainda, com os fatores que incidem na ascensão ou decadência de um povo. Logo, podemos afirmar que estaria buscando entender a sociedade moderna, de modo a pensar e formular leis espaciais gerais que regulassem o crescimento e o desenvolvimento territorial e estatal. Disso também decorre a questão nacional, suas peculiaridades e diferenciações, conforme o jogo da concorrência internacional, associada com as questões do desenvolvimento político e social interno de cada povo, país e governo.

O TERRITÓRIO COMO SISTEMA E A UNIDADE DA GEOGRAFIA DO ESTADO

O entendimento da questão nacional e do equacionamento dos problemas nacionais se fundamenta na compreensão do Estado como organismo ligado ao solo/território em sentido amplo. Sobre essa questão, a argumentação de Ratzel oscila entre a natureza e a cultura, entre

¹ Outras passagens do pensamento ratzeliano contribuem para as conceituações e observação de nuances entre as noções de cultura e civilização: (RATZEL apud MORAES, 1983, p.1-12, 59-61, 117, 123, 183-4, 192, 240-3, 353-60, 370-1); (RATZEL apud CARVALHO, 1998, p.85-6).

a geografia e a política nacional, entre o Estado, a natureza e a cultura, havendo reciprocidade em cada um desses conjuntos, conforme é conduzida sua exposição, isto é, a sua “macro-teoria” (MORAES, 1983). Nela, também podemos conceber “três lógicas”: “a bio-lógica”, “a ecológica” e a “antropológica”, considerando a terra como um “sistema” e um “complexo”, formando um “macro-sistema”, que reconhece a existência de um “sistema-mundo” (CARVALHO, 1998, p. 236-7).

A importância da unidade nacional é sempre lembrada por Ratzel, pois, para ele, na criação de uma maior coesão interna residiria uma das diretrizes básicas do Estado, que é trabalhar no sentido contrário às forças de fragmentação do território. Em outras palavras, o autor articula suas explicações sugerindo o que deveria ser engendrado para o propósito estatal de desenvolvimento das forças de agregação territorial e, com isso, gerar um crescimento proporcional à sua “potência”, o que, por sua vez, reforçaria a capacidade de se autoprotoger e, conseqüentemente, de progredir material e espiritualmente. Segundo suas ponderações, tais condições levariam a um suposto bem-estar da sociedade e do povo, melhorando o “modo de vida”, o que implica na elevação do “grau de civilização” (RATZEL, 1990, p. 126-8), que está vinculado com sua conceituação de cultura, história e geografia.

Na concepção de Ratzel, o Estado existe para proteger o território. Essa afirmação é enfática no seu pensamento: “a tarefa do Estado continua sendo em última análise apenas uma: a da proteção. O Estado protege o território contra as violações vindas de fora, que poderiam reduzi-lo” (RATZEL, 1990, p. 76). A potência dele é consequência dessa “missão” protetora, em que se destacam as formas de associações estáveis, como família, comunidade, vila, clã. É fundamental o desenvolvimento dessas associações para formação do Estado e, na evolução dessas unidades econômicas e políticas, se produz o que se infere como unidade de afinidades e interesses, que são projetados para além das fronteiras nacionais, podendo fazer surgir uma potência ou um império mundial. É no sentido de formação das afinidades que está uma das questões centrais do pensamento ratzeliano: o que advoga a necessidade de um Estado forte e centralizado, consequência da criação de uma unidade interna orientada. Ratzel realmente procurou desenvolver uma teorização que pudesse dar conta dos múltiplos aspectos determinadores da evolução dos povos e das sociedades. Em seu discurso, são abundantes as exemplificações construídas para fundamentar a existência de uma “Geografia do Estado”, da sociedade, do território e do solo, cujas elucidações aparecem em várias passagens de forma geodeterminista. Entretanto, em tantas outras, observamos sua preocupação com as determinações políticas e culturais, ao dizer que tais questões assim relacionadas mudam no próprio decorrer do desenvolvimento histórico. Assim afirmou:

A sociedade é o intermediário pelo qual o Estado se une ao solo. Segue-se que as relações da sociedade com o solo afetam a natureza do Estado em qualquer fase de seu desenvolvimento que se considere. Quando a atividade econômica é pouco desenvolvida, ao mesmo tempo em que o território é extenso, e, por consequência, é fácil desunir-se dele, resulta uma falta de consistência e de estabilidade na constituição do Estado (RATZEL, 1983, p. 98).

Em cada estágio do desenvolvimento político as relações que intercedem entre a sociedade e o território exercem a sua influência sobre a natureza do Estado. A um organismo social que possua um ordenamento econômico pouco desenvolvido, agindo sobre um vasto território e que substitua este último facilmente, correspondem uma baixa densidade e uma transitoriedade

análoga à do organismo político. [...] Se a sociedade se apega mais firmemente ao solo através da agricultura, então ela imprime ao Estado características particulares, dependendo do modo como o terreno é repartido entre as famílias. Uma repartição uniforme produz uma sociedade uniforme, inclinada a *democracia*; uma repartição desigual gera uma estratificação social que permite aos mais favorecidos a maior influência no Estado, ou seja, uma espécie de *oligarquia*. Esta segunda forma encontra sua expressão mais pronunciada naquelas sociedades [escravocratas] [...]

Existe por outro lado uma grande diferença entre os Estados, sejam de agricultores ou de criadores de animais, cuja sociedade retira tudo de que necessita do solo sobre o qual vive, e em que a propriedade de cada tribo, comuna ou família tende a formar como que um Estado no Estado e aqueles Estados cuja sociedade deve trazer seus meios de outros territórios, em geral muitos distantes (RATZEL, 1990, p. 78-79).

Disso decorre o surgimento do comércio, cabendo-lhe a proteção do Estado, como também a sua expansão, por meio de colônias, e a criação de normas legislativas e tratados mais amplos. Internamente processa-se o estabelecimento de uma divisão do trabalho com a sociedade, adequada aos objetivos do Estado. À medida que o comércio se desenvolve e vão se estabelecendo novos interesses regionalizados, vai-se configurando pouco a pouco a questão nacional em função dos interesses em jogo, seja internamente, no que tem a ver com o “Estado no Estado” (RATZEL, 1990), seja externamente, em relação aos interesses gerais, afins, e no que existe em comum em toda a população, onde a questão nacional ganha um peso maior, haja vista um fator comum de coesão em função, por exemplo, de um inimigo externo.

Ao interpretar o território de forma a buscar entender as complexas relações, exprimiui que o próprio povo não poderia existir sem o território, o que é óbvio, mas, para ele, a razão disto estaria em que, se assim não considerarmos, “diminuiríamos o valor do próprio povo e, sobretudo das suas forças espirituais”, somando-se, também, para uma análise mais verdadeira, considerar as circunstâncias em que a política se realiza mediante as obras humanas. Essa consideração explicativa é parte do alicerce de seu pensamento e, também, serve como substância para a questão nacional. Sobre isso, recorre ao autor Justus Möser, para fundamentar suas ideias, ao avaliar que “O ordenamento de um país depende muito da natureza do seu território e da sua posição geográfica [...]; por isso a cognição dos privilégios e das deficiências naturais de um país é necessária para compreender a sua história política” (RATZEL, 1990, p. 80-1).

Ratzel tenta não excluir o papel do povo de suas análises, mas demonstra uma omissão significativa, justificando não saber aquilatar seu valor.

Poderá nos ser objetado talvez que essa concepção deprecia o valor do povo e sobretudo do homem e de suas faculdades intelectuais, porque ela exige que seja levado em conta o solo sem o qual um povo não pode existir. Mas a verdade não deixa de ser verdade. O papel do elemento humano na política não pode ser exatamente apreciado, se não se conhecem as condições às quais a ação política do homem está subordinada. ‘A organização de uma sociedade depende estreitamente da natureza do solo, de sua situação; o conhecimento da natureza física do território (*pays*), de suas vantagens e de seus inconvenientes, resulta então na história política’ (RATZEL, 1983, p. 99).

O fundamento positivista também aparece nessa característica preocupação com a reciprocidade, como noção fundamental na sua concepção de território: o aumento de terras como um sentido libertário para um povo, que pode ser correlacionado também com o objetivo que é dado à colonização – ajudar a resolver o problema do excedente de mão de obra europeia. Todavia, é bom lembrar que o povo, na sua concepção, não tem autonomia, ele está atrelado aos desígnios do Estado-nação.

Esta história nos ensina que o solo é a base mais real da atividade política do homem; e a ciência política verdadeiramente positiva sempre tem um importante conteúdo geográfico. Na política, assim como na história, uma concepção que não levasse em conta o território se voltava à consideração dos sintomas e não das suas causas. Quem não compreende como seria mesquinha ou estéril uma luta travada apenas por espírito hegemônico, e após a qual, a qualquer das partes que coubesse a vitória, cada coisa se mantivesse substancialmente a mesma? Os tratados, que carecem da sustentação de uma divisão correspondente das forças políticas, não são senão expedientes diplomáticos de valor efêmero. Ao contrário, a aquisição de novas terras exerce sobre o povo uma influência emancipatória, impelindo-o a novo trabalho e incitando a concepções mais amplas (RAZTEL, 1990, p. 81).

Concluimos, neste patamar da exposição, que a concepção política de Ratzel quer salvaguardar os interesses das grandes potências, ensinando que a expansão colonial é positiva e benéfica para o povo que está à frente desse empreendimento não somente no sentido material, mas no sentido da ampliação de sua visão e liberdade sobre o mundo. Dessa forma, a questão nacional está ligada a uma dupla condição: à proteção do território e à expansão além-fronteira, seja territorial, seja comercial.

Outra inferência importante se refere à questão nacional, como problema de um determinado país: ela pode ser considerada como “um objeto em si” ou interdependente, conforme os fatores e os elementos determinantes segundo uma lógica organicista, ou como

[...] um elemento de uma grande cadeia. Por si aquele país é um organismo, mas se torna um simples órgão se considerado dentro de uma série, dentro de um grupo, dentro de um complexo de ordem superior, e isto ocorre quer se trate de um povo dominado, ou tributário, ou derivado, ou membro de uma aliança, ou componente de um círculo civilizado. [...] Diante do estudo antropogeográfico aquele povo se apresenta às vezes sob outro dos dois aspectos, e há como que uma luta contínua entre o organismo e o órgão. Por isso também no trabalho de investigação vemos a síntese alternar-se em análise (RAZTEL, 1990, p. 99).

Concluimos que a ideia de nação compõe organicamente a concepção de Estado como o elo de uma cadeia complexamente estruturada. Para existir e progredir, a nação pressupõe a unidade nacional – concebida também como ideologia nacional –, que decorre da própria necessidade de expansão territorial e da política do Estado-nação. Assim as propriedades do território podem ser interpretadas em duplos entido, como propriedade territorial propriamente dita, propriedade jurídica da terra, posse, e no sentido mais profundo propriedades/funções/atributos/recursos como qualidades físicas, químicas e biológicas daquela região/espaço.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Marcos. *Da antropogeografia do final do século XIX aos desafios transdisciplinares do final do século XX: o debate sobre as abordagens integradas da natureza e da cultura nas ciências sociais*. 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC, São Paulo, 1998.
- GOMES, Paulo C. da C. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- RATZEL, Friedrich. *Politische Geographie*. München: Otto Zeller Verlag. Osnabrück, 1974.
- _____. *La Géographie Politique: Les concepts fondamentaux*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1987. (Série “Géopolitiques et stratégies”). Tradução do alemão por Francois Ewald. Prefácio de Michel Korinman.
- _____. Geografia do homem. (Antropogeografia). In: MORAES, Antonio Carlos Robert. (Org.). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990a. p. 32-107.
- _____. As raças humanas. In: MORAES, Antonio Carlos Robert. (Org.). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990b. p. 108-150.
- _____. As leis do crescimento espacial dos Estados. In: MORAES, Antonio Carlos Robert. (Org.). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990c. p. 175-192.
- _____. O solo, a sociedade e o estado. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo: USP/FFLCH, v. 2, p. 93-109, 1983.
- SANTIAGO, João Phelipe. *A questão nacional na Geografia ratzeliana e sua assimilação no pensamento social na República Velha*. 2005. 298 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – USP, São Paulo, 2005.
- _____. *Espaço geográfico e geografia do Estado em Friedrich Ratzel - Vitória da Conquista*: Edições UESB, 2013.